

# Muito tumulto. Mas a Câmara aprovou o pacote (com várias emendas).

Às 4h30min da madrugada de ontem, a Câmara dos Deputados aprovou, por 270 votos a favor, 72 contra e dez abstenções, o pacote econômico com o qual o governo pretende zerar o déficit público. Às 11 horas, em nova sessão extraordinária, foi aprovada a redação final do pacote.

Através de destaques solicitados pelos deputados, o substitutivo ao projeto preparado pelo secretário da Receita Federal, Luís Romero Patury, de comum acordo com o líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, sofreu três modificações. Foram suprimidos dois artigos e incluída uma expressão que estabelece 100% do IPCA como o índice mínimo para os reajustes salariais de quem ganha até dez salários mínimos.

O primeiro dos destaques aprovados, de autoria dos líderes do PC do B (deputado Haroldo Lima) e do PTB suprimiu os artigos 94 e 95 dos substitutivos que autorizavam o Poder Executivo a alienar imóveis de propriedade da União, considerados, mediante ato do ministro da Fazenda, desnecessários ao serviço público federal. O dispositivo dava preferência para aquisição aos atuais locatários ou ocupantes dos imóveis, inscritos no Serviço do Patrimônio da União.

O artigo 94 foi um dos que mais recebeu críticas dos deputados, a ponto de João Agripino, do PMDB paraibano, ter identificado na sua inclusão no substitutivo o retorno do "arbitrio tecnocrático". Agripino foi o único parlamentar do PMDB a pronunciar-se da tribuna e a votar contra o pacote econômico.

Foi também aprovada a supressão do artigo 97 do substitutivo, através de destaque solicitado pelo deputado Júlio Martins, do PMDB de Roraima. O artigo destacado atendia aos Territórios a cobrança de imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Com a sua supressão, apenas os Estados continuarão a recolher esses impostos, que serão transferidos aos municípios.

O artigo 102 do substitutivo também foi alterado, através de destaque solicitado pelo relator da matéria na comissão de Justiça da Câmara, deputado Raimundo Ásfora, do PMDB. Pela modificação aprovada, os salários, de valor de até dez mínimos, serão reajustados em pelo menos 100% da variação do IPCA.

Em nova sessão extraordinária aberta às 11 horas, a Câmara dos Deputados aprovou, em menos de cinco minutos, a redação final do pacote do governo.

Os deputados Adail Vettorazzo (PDS-SP), Sebastião Curió (PDS-PA) e Gerson Peres (PDS-PB) ainda protestaram, tentaram obstruir a votação, mas não conseguiram.

Vettorazzo exigiu votação nominal, mas não obteve o apoio de 20 deputados, como estabelece o regimento (apenas dez apoiaram seu pedido), com o que o presidente da

Casa, Ulysses Guimarães, proclamou aprovada a matéria.

O encaminhamento da votação do pacote econômico pela Câmara fora interrompido a 1h15 da madrugada por uma discussão entre os deputados Aírton Soares (PMDB-SP) e o líder do PTB, que o agrediu. O conflito acabou generalizado, com o envolvimento de dezenas de parlamentares e a suspensão da sessão por meia hora.

A confusão começou quando apenas dois deputados, Leorne Belém, pelo PDS, e João Agripino, do PMDB, haviam encaminhado a votação. O primeiro a falar, o parlamentar pedessista disse "ser evidente o constrangimento do plenário em aprovar o pacote econômico do governo". Citou nominalmente os deputados peemedebistas Aírton Soares, Jorge Uequed e Hélio Duque como os que demonstravam maior aborrecimento com o fato de ter de votar a favor de uma proposta com a qual não concorda vam.

O líder petebista levantou questão de ordem sobre o processo legislativo. Segundo ele, o empréstimo compulsório dos contribuintes somente poderia ser instituído através de lei complementar. Em seguida, o deputado José Machado, do PFL de Minas, subiu à tribuna para criticar o pacote. Nesse momento, o deputado pedessista Gerson Peres tentou obstruir com nova questão de ordem, enquanto o líder do PTB se dirigia ao microfone de apartes, tradicionalmente utilizado pelo PMDB, para nova questão de ordem. Aí, Soares sugeriu, então, que fosse para o lado do PDS, recebendo violento empurrão do líder do PTB. O deputado Curió, armado, saiu da bancada do PDS gritando que iria falar no microfone do PTB. "Aqui você não fala", reagiu o deputado baiano Jorge Medauar. Curió xingou-o e logo foi chamado em coro de "torturador", "jagunço", "milico" e outros qualificativos que o irritaram mais. A sessão ficou suspensa por 20 minutos.

Serenados os ânimos, o deputado El-quisson Soares, do PDT baiano, subiu à tribuna para criticar o pacote e o líder do PTB levantou nova questão de ordem. O deputado Roberto Jefferson, do PTB, também tentou obstruir a votação com outra questão de ordem.

O deputado José Genoíno, do PT de São Paulo, criticou o pacote, que foi elogiado pelo deputado Herbert Levy, do PFL paulista. Então, o líder do PT, Djalma Bom, discursou afirmando que, "se o pacote agrada aos banqueiros, é ruim para a classe trabalhadora". Contra o pacote discursaram ainda os deputados José Fernandes, do PDS, o líder do PDT, Nadir Rossetti, e o líder do PL, Álvaro Valle. A favor, encaminharam a votação o líder do PC do B, Haroldo Lima, e o do PMDB, Pimenta da Veiga. Este foi vaiado e chamado de "debilóide" pelo deputado Santos Filho, do PDS.